

**Teresa Arruda Alvim**

# **OS AGRAVOS NO CPC DE 2015**

**5.<sup>a</sup> edição**  
**revista, ampliada e atualizada**

**EDC**   
**EDITORA DIREITO  
CONTEMPORÂNEO**

## Editora Direito Contemporâneo

<b>Sócios fundadores</b>	Rafael Arruda Alvim Pinto, Felipe Toledo Moreira, Teresa Arruda Alvim
<b>Diretor Comercial</b>	Rafael Arruda Alvim Pinto
<b>Diretor de conteúdo</b>	Felipe Toledo Moreira
<b>Editora</b>	Cristiane Faria
<b>Produção gráfica</b>	Microart Design Editorial
<b>Capa</b>	Antônio Rodrigues Filho
<b>Revisão</b>	Juliana De Cicco Bianco

© desta edição [2021]

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais). O autor goza da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhe a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seu trabalho.

Data de fechamento da edição: 03-10-2020

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Alvim, Teresa Arruda

Os agravos no CPC de 2015 / Teresa Arruda Alvim. – 5. ed. – Curitiba: Editora Direito Contemporâneo, 2021. – (Recursos no processo civil ; 2).

ISBN 978-65-991301-2-0

1. Agravo – Brasil 2. Processo civil 3. Processo civil – Brasil 4. Recursos (Direito) 5. Recursos (Direito) – Brasil I. Título II. Série.

20-40278

CDU-347.958(81)

### Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Recursos de agravo : Direito processual civil 347.958(81)  
Maria Alice Ferreira – Bibliotecária – CRB-8/7964



# SUMÁRIO

Agradecimentos .....	5
Apresentação da 5. <sup>a</sup> edição – Uma breve reflexão .....	7
Nota à 4. <sup>a</sup> edição.....	13
Nota à 3. <sup>a</sup> edição.....	15
Nota à 2. <sup>a</sup> edição.....	17
1. Perfil histórico do agravo.....	27
1.1 Origens remotas – Roma .....	27
1.2 O direito português.....	36
1.3 O agravo de instrumento no direito brasileiro anterior....	52
1.4 Do cabimento do agravo de instrumento no CPC de 1939 .....	72
1.5 Do agravo no auto do processo.....	75
1.6 Agravo de instrumento – Versão originária do CPC de 1973 .....	82
1.7 O agravo e as Reformas de 1995 e 2001 – Confronto com o modelo original do CPC de 1973 .....	84
1.8 As alterações decorrentes da Lei 11.187/2005 .....	88
1.9 Breves apontamentos sobre a recorribilidade das decisões interlocutórias no direito estrangeiro .....	92

<b>2. Decisões interlocutórias típicas e atípicas – Hipóteses de cabimento do agravo – Agravo e decisão interlocutória de mérito – Apelação e decisões interlocutórias .....</b>	<b>95</b>
2.1 Decisões interlocutórias típicas e atípicas .....	95
2.2 Hipóteses de cabimento do agravo.....	123
2.3 A posição atual do STJ. Taxatividade “mitigada” .....	154
2.4 O que vincula num precedente vinculante?.....	161
2.5 A apelação se prestaria para impugnar apenas as interlocutórias típicas? Sim, e deve ser tratada como agravo ...	180
2.6 Impugnação em contrarrazões .....	181
2.7 Apelação em que há impugnação a interlocutórias não agraváveis contraditório .....	183
2.8 Interlocutórias impugnáveis como preliminares do agravo interposto contra decisão interlocutória de mérito .....	183
<b>3. Juízo de admissibilidade .....</b>	<b>185</b>
3.1 Noções gerais.....	185
3.2 O princípio da fungibilidade e o Código de 2015.....	191
3.3 Competência para aplicação do princípio da fungibilidade.....	205
3.4 Sobre erros e a possibilidade de corrigi-los para além da fungibilidade .....	206
3.5 Interesse e legitimidade para recorrer.....	211
3.5.1 Interesse .....	212
3.5.2 Legitimidade .....	221
3.6 O terceiro recorrente – Perfil.....	223
3.7 Legitimidade e interesse recursal do terceiro.....	244
3.8 Casos polêmicos – Advogado, perito e outras figuras....	248
<b>4. Procedimento .....</b>	<b>255</b>
4.1 Da interposição .....	255
4.2 Retratação .....	264
4.3 A retratação e os agravos interpostos de interlocutórias de mérito .....	267
4.4 Modo de interposição e tempestividade do agravo de instrumento .....	269
4.5 Formação do agravo de instrumento Documentos obrigatórios e “facultativos” Autenticação das cópias.....	274

4.6	Preparo.....	278
4.7	Juntada de cópia da petição de agravo de instrumento aos autos do processo Ônus do agravante, no caso de o processo ser físico .....	282
4.8	Competência do relator para a realização do juízo de admissibilidade do agravo de instrumento.....	284
4.9	Intimação do agravado e do Ministério Público.....	285
4.10	Sustentação oral .....	286
4.11	Desistência da apelação como ficam as contrarrazões? .....	288
4.12	Recurso adesivo .....	289
4.13	Remessa necessária .....	290
4.14	Agravo pendente de julgamento – Sentença proferida Não interposição de apelação .....	292
	4.14.1 Agravo pendente de julgamento – Sentença proferida .....	297
4.15	Ampliação da colegialidade .....	299
	4.15.1 Natureza jurídica.....	300
	4.15.2 Hipóteses de aplicação da técnica .....	300
	4.15.3 Problemas procedimentais .....	303
	4.15.4 Vício da decisão proferida sem que a técnica tenha sido usada .....	305
4.16	Sobre a votação (julgamento) .....	306
4.17	Do encerramento do julgamento .....	311
<b>5.</b>	<b>Efeitos do agravo .....</b>	<b>317</b>
5.1	Generalidades sobre os efeitos dos recursos .....	317
5.2	Efeito devolutivo .....	322
5.3	Efeito translativo.....	326
5.3.1	Pode o tribunal extinguir o processo sem julgamento de mérito ao julgar um agravo que não verse sobre a matéria objeto da decisão? .....	328
5.3.2	Aplicabilidade do art. 1.013, § 3.º, do CPC ao agravo de instrumento .....	332
5.4	Efeito suspensivo .....	339
	5.4.1 Da discricionariedade judicial dar ou não dar efeito suspensivo ou antecipação da tutela recursal .....	342

5.5	Agravo com efeito suspensivo contra interlocutórias de mérito .....	350
5.6	Efeito expansivo .....	351
5.7	Efeito substitutivo.....	355
<b>6.</b>	<b>O agravo e o mandado de segurança contra atos do juiz...</b>	<b>357</b>
6.1	Generalidades sobre o mandado de segurança contra atos do juiz.....	357
6.2	Mandado de segurança impetrado por terceiro prejudicado .....	368
6.3	A correção parcial como substitutiva do agravo .....	370
<b>7.</b>	<b>Preclusão e pedidos de reconsideração; preclusão e decisões agraváveis – possibilidade do posterior uso da apelação ..</b>	<b>381</b>
7.1	Generalidades sobre a preclusão .....	381
7.2	Pedidos de reconsideração.....	388
7.3	Preclusão <i>pro judicato</i> e nulidades processuais .....	394
7.4	Preclusão <i>pro judicato</i> no campo probatório.....	399
7.5	Preclusão <i>pro judicato</i> e tutela provisória .....	410
7.6	Pedidos de esclarecimento .....	420
7.7	Agravo não admitido. Posterior manejo da apelação. Preclusão consumativa? .....	422
7.8	Agravo admitido e julgado. Preclusão <i>pro judicato</i> na apelação? .....	424
<b>8.</b>	<b>Do agravo interno.....</b>	<b>427</b>
8.1	“Agravinho”, agravo interno, agravo regimental.....	427
8.2	Cabimento Poderes do relator Pronunciamentos do Presidente ou do Vice-Presidente do Tribunal <i>a quo</i> .....	429
8.3	Procedimento.....	452
8.4	Da “fungibilidade” – com os embargos de declaração...	453
8.5	Julgamento .....	454
8.6	Multa .....	455
8.7	Ponto final? .....	458
<b>9.</b>	<b>O agravo em recurso especial e em recurso extraordinário</b>	<b>461</b>
9.1	Generalidades e cabimento .....	461
9.2	Procedimento.....	463

9.3 A interposição conjunta .....	465
10. Recursos e o direito intertemporal .....	471
11. Anotações de cunho conclusivo .....	487
Bibliografia .....	509
Índice alfabético-remissivo .....	539